



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2197493 - RS (2025/0048427-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : C E P
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIMES DE DISPONIBILIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL DE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL. ARTS. 241-A E 241-B DO ECA. PROVA DIGITAL. *REPORTS* ENCAMINHADOS PELO NCMEC (*NATIONAL CENTER FOR MISSING AND EXPLOITED CHILDREN*). ORIGEM ESTRANGEIRA DA INFORMAÇÃO. NOTÍCIA-CRIME APTA A DEFLAGRAR INVESTIGAÇÃO. ART. 13 DA LINDB. *LEX DILIGENTIAE*. AUSÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO À DEFESA DOS DOCUMENTOS-FONTE UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO POLICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE DA COMPLETUDE, FIDELIDADE E RASTREABILIDADE DA INFORMAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. CONFISSÃO DO ACUSADO QUANTO AO ARMAZENAMENTO. ART. 241-B DO ECA. NECESSIDADE DE ELEMENTOS EXTERNOS DE CORROBORAÇÃO INDEPENDENTES. ARESP N. 2.123.334/MG. INSUFICIÊNCIA DA CONFISSÃO PARA SUPRIR A AUSÊNCIA DOS DOCUMENTOS-FONTE. NULIDADE A PARTIR DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. *O recurso*. Recurso especial interposto pela defesa contra acórdão do TRF da 4ª Região que, em ação penal pela prática dos crimes previstos nos arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990 (ECA), manteve a condenação pelo armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil em dispositivos eletrônicos e rejeitou preliminares de nulidade relacionadas à competência da Justiça Federal, à licitude das provas oriundas do NCMEC – *National Center for Missing and Exploited Children* –, à cadeia de custódia, ao sigilo de dados e ao direito ao silêncio. A defesa alegou, em especial, nulidade pela ausência de juntada e disponibilização dos reports NCMEC n. 89794268 e 126248964, utilizados na formação da denúncia e na elaboração do Relatório de Análise de Polícia Judiciária – Caso Rapina n. 460/2022.
2. *Fato relevante*. A persecução penal foi deflagrada por reports do NCMEC (n. 89794268 e 126248964), posteriormente analisados em Relatório de Análise de Polícia Judiciária – Caso Rapina n. 460/2022 (RAPJ), sem juntada dos *reports* ao inquérito ou aos autos, apesar de arguição defensiva desde a resposta à acusação.
3. *Pretensão*. A parte recorrente busca o reconhecimento de nulidade por quebra da cadeia de custódia e por ausência de acesso aos reports NCMEC que serviram de base ao RAPJ, com consequente retorno dos autos para disponibilização integral do material, reabertura de prazo defensivo e reavaliação da prova derivada; subsidiariamente, a revisão da dosimetria.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há três questões em discussão: (i) definir se reports encaminhados pelo NCMEC à Polícia Federal, produzidos segundo a legislação estrangeira e sem regulamentação tecnológica específica no Brasil, podem ser recebidos como notícia-crime apta a deflagrar investigação; (ii) estabelecer se a ausência de juntada e disponibilização integral à defesa dos reports NCMEC que subsidiaram relatório policial compromete o contraditório, a ampla defesa e a rastreabilidade da prova digital; e (iii) determinar a consequência processual da impossibilidade de controle defensivo sobre a fonte primária utilizada na elaboração do relatório policial.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. O recurso especial não comporta exame de alegada violação direta à Constituição da República nem de ofensa a enunciado sumular, por força da repartição constitucional de competências e da Súmula 518/STJ.

6. O encaminhamento dos *reports* pelo NCMEC à Polícia Federal não se torna ilícito pela simples origem estrangeira da informação nem pela ausência de regulamentação brasileira específica da tecnologia empregada em sua elaboração, pois, nessa etapa inicial, os documentos não ingressam no processo como prova judicializada de materialidade ou autoria, mas como notícia-crime destinada a provocar a atuação investigativa das autoridades brasileiras.

7. O art. 13 da LINDB adota a regra da *lex diligentiae*, segundo a qual a prova de fatos ocorridos no exterior rege-se pela lei do país em que produzida, quanto ao ônus e aos meios de produção; contudo, o relatório encaminhado pelo NCMEC, em sua feição originária, não constitui prova judicializada de materialidade ou autoria, mas notícia-crime estrangeira apta a deflagrar a investigação, de modo que sua validade inicial não depende de identidade entre o procedimento técnico estrangeiro e o procedimento brasileiro, salvo demonstração de burla às garantias processuais nacionais, violação à soberania ou afronta à ordem pública.

8. A presunção de legitimidade do relatório policial não dispensa o acesso defensivo à fonte primária que o alimenta, pois apenas o exame dos *reports* NCMEC permite conferir a fidelidade da reprodução, a completude da transcrição e a correção das inferências feitas pela autoridade policial.

9. A ausência dos *reports* NCMEC não representa simples falta de anexo, porque impede a defesa de cotejar o documento originário com o relatório policial que dele se valeu, inclusive quanto a imagens, *frames*, datas, horários, contas, endereços eletrônicos, número telefônico e demais elementos mencionados no RAPJ.

10. Quando a informação deixa de servir apenas à deflagração da investigação e passa a sustentar a narrativa acusatória, o contraditório deve alcançar a fonte de onde ela foi extraída.

11. O prejuízo defensivo não exige demonstração de que os relatórios omitidos continham elemento favorável ao acusado, pois a própria impossibilidade de verificar a completude da prova utilizada contra si configura restrição ao contraditório.

12. A cadeia de custódia, no caso, atua como garantia de auditabilidade, completude e fidelidade entre o *report* encaminhado pelo NCMEC, as informações selecionadas pela Polícia Federal e o relatório incorporado ao processo.

13. A nulidade deve alcançar os atos praticados a partir da resposta à acusação, porque a defesa já havia suscitado, desde esse momento, a necessidade de acesso ao documento-fonte que subsidiou a elaboração do RAPJ, e a continuidade do processo sem essa disponibilização comprometeu a utilidade dos atos defensivos subsequentes.

14. A eventual impossibilidade de apresentação dos documentos-fonte repercute também sobre a suficiência da confissão. A confissão relativa ao armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil, previsto no art. 241-B do ECA, não supre a ausência de controle defensivo sobre o relatório policial elaborado a partir dos *reports* NCMEC, nem substitui a necessidade de elementos externos de corroboração independentes da cadeia probatória comprometida. Precedente da Terceira Seção no AREsp n. 2.123.334/MG.

IV. DISPOSITIVO E TESE

15. Resultado do Julgamento: Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à origem, com disponibilização integral dos *reports* NCMEC n. 89794268 e 126248964, reabertura de prazo defensivo e, na impossibilidade de apresentação, reavaliação da admissibilidade e da força probatória do RAPJ nos pontos dependentes da fonte primária não acessível.

Tese de julgamento:

Dispositivos relevantes citados:

CR/1988, art. 105, III, “a”, e § 3º, I; CP, arts. 59 e 68; CPP, arts. 157, 158-A, 381, III, 386, VII, 387, II e III, 564, IV e V, e 619; ECA, arts. 241-A e 241-B; Lei n. 12.965/2014, arts. 7º, II e III, e 10, §§ 1º e 2º; LINDB, art. 13.

Jurisprudência relevante citada:

STJ, AgRg no REsp 1.668.004/RJ, Quinta Turma, j. 26.09.2017; STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 905.964/SC, Quinta Turma, j. 08.08.2017; STJ, AgRg no AREsp 1.807.032/MS, Quinta Turma, j. 01.06.2021; STJ, RHC 210.067/RS, Sexta Turma, j. 06.05.2025; STJ, AgRg no RHC 184.003/SP, Quinta Turma, j. 10.12.2024; STJ, RHC 218.358/PI, Sexta Turma, j. 04.11.2025; STJ, HC 1.047.527/TO, decisão monocrática, j. 2025

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Turma, por unanimidade, conhecer do recurso e lhe dar parcial provimento. Julgou prejudicada a apreciação dos demais pontos suscitados no recurso especial da parte recorrente, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto, Maria Marluce Caldas e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 16 de junho de 2026.

Ministro Ribeiro Dantas
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2197493 - RS (2025/0048427-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : C E P
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIMES DE DISPONIBILIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL DE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL. ARTS. 241-A E 241-B DO ECA. PROVA DIGITAL. *REPORTS* ENCAMINHADOS PELO NCMEC (*NATIONAL CENTER FOR MISSING AND EXPLOITED CHILDREN*). ORIGEM ESTRANGEIRA DA INFORMAÇÃO. NOTÍCIA-CRIME APTA A DEFLAGRAR INVESTIGAÇÃO. ART. 13 DA LINDB. *LEX DILIGENTIAE*. AUSÊNCIA DE DISPONIBILIZAÇÃO À DEFESA DOS DOCUMENTOS-FONTE UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO POLICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE DA COMPLETUDE, FIDELIDADE E RASTREABILIDADE DA INFORMAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. CONFISSÃO DO ACUSADO QUANTO AO ARMAZENAMENTO. ART. 241-B DO ECA. NECESSIDADE DE ELEMENTOS EXTERNOS DE CORROBORAÇÃO INDEPENDENTES. ARESP N. 2.123.334/MG. INSUFICIÊNCIA DA CONFISSÃO PARA SUPRIR A AUSÊNCIA DOS DOCUMENTOS-FONTE. NULIDADE A PARTIR DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. *O recurso*. Recurso especial interposto pela defesa contra acórdão do TRF da 4ª Região que, em ação penal pela prática dos crimes previstos nos arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990 (ECA), manteve a condenação pelo armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil em dispositivos eletrônicos e rejeitou preliminares de nulidade relacionadas à competência da Justiça Federal, à licitude das provas oriundas do NCMEC – *National Center for Missing and Exploited Children* –, à cadeia de custódia, ao sigilo de dados e ao direito ao silêncio. A defesa alegou, em especial, nulidade pela ausência de juntada e disponibilização dos reports NCMEC n. 89794268 e 126248964, utilizados na formação da denúncia e na elaboração do Relatório de Análise de Polícia Judiciária – Caso Rapina n. 460/2022.

2. *Fato relevante*. A persecução penal foi deflagrada por reports do NCMEC (n. 89794268 e 126248964), posteriormente analisados em Relatório de Análise de Polícia Judiciária – Caso Rapina n. 460/2022 (RAPJ), sem juntada dos *reports* ao inquérito ou aos autos, apesar de arguição defensiva desde a resposta à acusação.

3. *Pretensão*. A parte recorrente busca o reconhecimento de nulidade por quebra da cadeia de custódia e por ausência de acesso aos reports NCMEC que serviram de base ao RAPJ, com

consequente retorno dos autos para disponibilização integral do material, reabertura de prazo defensivo e reavaliação da prova derivada; subsidiariamente, a revisão da dosimetria.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há três questões em discussão: (i) definir se reports encaminhados pelo NCMEC à Polícia Federal, produzidos segundo a legislação estrangeira e sem regulamentação tecnológica específica no Brasil, podem ser recebidos como notícia-crime apta a deflagrar investigação; (ii) estabelecer se a ausência de juntada e disponibilização integral à defesa dos reports NCMEC que subsidiaram relatório policial compromete o contraditório, a ampla defesa e a rastreabilidade da prova digital; e (iii) determinar a consequência processual da impossibilidade de controle defensivo sobre a fonte primária utilizada na elaboração do relatório policial.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. O recurso especial não comporta exame de alegada violação direta à Constituição da República nem de ofensa a enunciado sumular, por força da repartição constitucional de competências e da Súmula 518/STJ.

6. O encaminhamento dos *reports* pelo NCMEC à Polícia Federal não se torna ilícito pela simples origem estrangeira da informação nem pela ausência de regulamentação brasileira específica da tecnologia empregada em sua elaboração, pois, nessa etapa inicial, os documentos não ingressam no processo como prova judicializada de materialidade ou autoria, mas como notícia-crime destinada a provocar a atuação investigativa das autoridades brasileiras.

7. O art. 13 da LINDB adota a regra da *lex diligentiae*, segundo a qual a prova de fatos ocorridos no exterior rege-se pela lei do país em que produzida, quanto ao ônus e aos meios de produção; contudo, o relatório encaminhado pelo NCMEC, em sua feição originária, não constitui prova judicializada de materialidade ou autoria, mas notícia-crime estrangeira apta a deflagrar a investigação, de modo que sua validade inicial não depende de identidade entre o procedimento técnico estrangeiro e o procedimento brasileiro, salvo demonstração de burla às garantias processuais nacionais, violação à soberania ou afronta à ordem pública.

8. A presunção de legitimidade do relatório policial não dispensa o acesso defensivo à fonte primária que o alimenta, pois apenas o exame dos *reports* NCMEC permite conferir a fidelidade da reprodução, a completude da transcrição e a correção das inferências feitas pela autoridade policial.

9. A ausência dos *reports* NCMEC não representa simples falta de anexo, porque impede a defesa de cotejar o documento originário com o relatório policial que dele se valeu, inclusive quanto a imagens, *frames*, datas, horários, contas, endereços eletrônicos, número telefônico e demais elementos mencionados no RAPJ.

10. Quando a informação deixa de servir apenas à deflagração da investigação e passa a sustentar a narrativa acusatória, o contraditório deve alcançar a fonte de onde ela foi extraída.

11. O prejuízo defensivo não exige demonstração de que os relatórios omitidos continham elemento favorável ao acusado, pois a própria impossibilidade de verificar a completude da prova utilizada contra si configura restrição ao contraditório.

12. A cadeia de custódia, no caso, atua como garantia de auditabilidade, completude e fidelidade entre o *report* encaminhado pelo NCMEC, as informações selecionadas pela Polícia Federal e o relatório incorporado ao processo.

13. A nulidade deve alcançar os atos praticados a partir da resposta à acusação, porque a defesa já havia suscitado, desde esse momento, a necessidade de acesso ao documento-fonte que subsidiou

a elaboração do RAPJ, e a continuidade do processo sem essa disponibilização comprometeu a utilidade dos atos defensivos subsequentes.

14. A eventual impossibilidade de apresentação dos documentos-fonte repercute também sobre a suficiência da confissão. A confissão relativa ao armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil, previsto no art. 241-B do ECA, não supre a ausência de controle defensivo sobre o relatório policial elaborado a partir dos *reports* NCMEC, nem substitui a necessidade de elementos externos de corroboração independentes da cadeia probatória comprometida. Precedente da Terceira Seção no AREsp n. 2.123.334/MG.

IV. DISPOSITIVO E TESE

15. Resultado do Julgamento: Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à origem, com disponibilização integral dos *reports* NCMEC n. 89794268 e 126248964, reabertura de prazo defensivo e, na impossibilidade de apresentação, reavaliação da admissibilidade e da força probatória do RAPJ nos pontos dependentes da fonte primária não acessível.

Tese de julgamento:

1. O relatório encaminhado pelo NCMEC à Polícia Federal pode ser recebido como notícia-crime quando não demonstrada burla às garantias processuais brasileiras, provocação ilícita das autoridades nacionais ou afronta à soberania ou à ordem pública. 2. A defesa tem direito de acesso integral aos *reports* NCMEC que subsidiaram relatório policial utilizado para estruturar a imputação ou sustentar a materialidade do fato. 3. A ausência de disponibilização da fonte primária da prova digital compromete o contraditório quando impede o controle da completude, da fidelidade e da correspondência entre o documento originário e o relatório policial derivado. 4. Reconhecido o vício desde a resposta à acusação, devem ser renovados os atos necessários ao efetivo exercício da ampla defesa, com reavaliação da força probatória do relatório policial caso os documentos originários não possam ser apresentados. 5. A confissão do acusado não supre a ausência de disponibilização da fonte primária utilizada na elaboração do relatório policial, nem afasta a necessidade de elementos externos de corroboração independentes para sustentar condenação pelo art. 241-B do ECA.

Dispositivos relevantes citados:

CR/1988, art. 105, III, “a”, e § 3º, I; CP, arts. 59 e 68; CPP, arts. 157, 158-A, 381, III, 386, VII, 387, II e III, 564, IV e V, e 619; ECA, arts. 241-A e 241-B; Lei n. 12.965/2014, arts. 7º, II e III, e 10, §§ 1º e 2º; LINDB, art. 13.

Jurisprudência relevante citada:

STJ, AgRg no REsp 1.668.004/RJ, Quinta Turma, j. 26.09.2017; STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 905.964/SC, Quinta Turma, j. 08.08.2017; STJ, AgRg no AREsp 1.807.032/MS, Quinta Turma, j. 01.06.2021; STJ, RHC 210.067/RS, Sexta Turma, j. 06.05.2025; STJ, AgRg no RHC 184.003/SP, Quinta Turma, j. 10.12.2024; STJ, RHC 218.358/PI, Sexta Turma, j. 04.11.2025; STJ, HC 1.047.527/TO, decisão monocrática, j. 2025

RELATÓRIO

Trata-se de recurso especial interposto por **C E P**, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado (fls. 756-758):

"APELAÇÃO. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 241-A E 241-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/1990). COMPARTILHAMENTO E ARMAZENAMENTO DE MATERIAL INFANTO-PORNOGRÁFICO. REDE SOCIAL TWITTER. PRELIMINARES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LICITUDE DAS PROVAS OBTIDA POR INTERMÉDIO DO NCMEC. INOCORRÊNCIA DA QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SIGILO DE DADOS DE IP. INEXISTÊNCIA VIOLAÇÃO AO DIREITO AO SILÊNCIO. MÉRITO. APELO ACUSAÇÃO. FATO 1. INSUFICIÊNCIA DA PROVA. APELO DA DEFESA. FATO 2. SUFICIÊNCIA DA PROVA. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. REINCIDÊNCIA E CONFISSÃO ESPONTÂNEA. COMPENSAÇÃO. SÚMULA 130 DO TRF4.

1. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos no RE 628624 (Tema STF nº 393), por unanimidade, acolheu os embargos de declaração, para o fim de fixar a seguinte tese: “Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei nº 8.069/1990)”, nos termos do voto do Relator.

2. Quando do oferecimento da denúncia perante o Juízo Federal, em razão de elementos indicativos da transnacionalidade dos primeiros atos descritos na denúncia, ainda que estes eventualmente não determinem a condenação do réu, correta a fixação da competência federal para apreciação da conduta do crime conexo.

3. O National Center for Missing and Exploited Children - NCMEC é uma organização não governamental que recebeu autorização do Congresso dos Estados Unidos da América para estabelecer um mecanismo centralizado de recebimento para os prestadores de serviços de conexão/internet relatarem suspeita de exploração sexual infantil. Naquele país, esses prestadores de serviços são obrigados por lei a relatarem suspeita de exploração sexual infantil que trafeguem em suas redes.

4. As informações de interesse compartilhadas pelo NCMEC foram reproduzidas e analisadas pelo Relatório de Análise de Polícia Judiciária, documento que goza de presunção de legitimidade e veracidade própria dos atos administrativos realizados por servidores públicos no exercício de suas funções.

5. Segundo o art. 158-A do Código de Processo Penal, inserido pela Lei nº 13.964/2019, "considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte". Registre-se, de fato, que a cadeia de custódia da prova é fundamental para preservar a sua confiabilidade, pois objetiva garantir que o material probatório não sofra interferências ou alterações durante o trâmite a ser percorrido até sua análise pelo magistrado ao final do processo.

6. Embora os reports NCMEC não estivessem carregados no caderno inquisitorial, as informações de interesse foram reproduzidas e analisadas por Relatório de Análise de Polícia Judiciária.

7. Os dados meramente cadastrais não estão acobertados pelo sigilo.

8. Os dados cadastrais não desvelam aspectos da vida privada, sua divulgação à autoridade policial não representa exposição da intimidade do usuário da linha/conta de internet, nem violação aos incisos XII e LXXIX da carta magna.

9. O direito ao silêncio é um dos corolários do princípio da não autoincriminação (nemo tenetur se detegere), consubstanciado na prerrogativa de o investigado se negar a produzir provas contra si, sem que isso possa ser usado em seu prejuízo no âmbito criminal.

10. Prevê o artigo 5º, inciso LXIII, da CRFB/88, que o preso deverá ser informado de seus direitos, "entre os quais o de permanecer calado".
11. No caso, não existe evidência nos autos de descumprimento do aviso do direito ao silêncio no momento da abordagem policial.
12. A conduta prevista no art. 241-A do ECA consiste em disponibilizar registros que contenham cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo criança ou adolescente. Ao passo que o crime previsto no art. 241-B do ECA centra-se nas condutas de adquirir, possuir ou armazenar tais registros.
13. O objeto material desses crimes consiste nos registros contendo pornografia ou sexo explícito com crianças ou adolescentes, enquanto o bem jurídico tutelado pela norma é a proteção à formação moral de crianças e adolescentes. São crimes formais, contudo, que independem do efetivo prejuízo à formação moral da criança ou do adolescente.
14. Apelo acusação. Fato 1. Considerando, a legitimidade dos Reports emitidos pelo NCMEC, bem como que os documentos produzidos na esfera administrativa por servidores públicos, no exercício de suas funções, que neles atestaram a sua fé pública, gozam de presunção de veracidade e legitimidade, o Relatório de Análise de Polícia Judiciária referente ao caso comprova, sim, a materialidade dos compartilhamentos na antiga rede social denominada Twitter.
15. Embora comprovada a materialidade, a acusação não atestou, com a segurança necessária para o decreto condenatório, ter sido o réu o autor das publicações na rede social Twitter.
16. Apelo da defesa. Fato 2. O art. 155 do CPP não impede a valoração dos elementos informativos e, sim, apenas que a condenação seja lastreada exclusivamente nestes.
17. Na fase judicial, além do réu, foram ouvidas testemunhas da acusação.
18. Muitos elementos produzidos na fase policial, como a apreensão de bens, documentos e objetos relacionados aos crimes e os laudos periciais, não demandam repetição em juízo, constituindo atos validamente praticados ao seu tempo, revestidos de valor probante, conforme o próprio art. 155 do CPP, estando submetidos ao contraditório diferido.
19. Consoante Súmula 130 deste TRF4: "a agravante baseada numa única reincidência e a atenuante da confissão espontânea, quando coexistirem, compensam-se integralmente".

Constata-se nos autos que a ação penal foi ajuizada em desfavor de C E P, a quem se imputou a prática dos delitos previstos nos arts. 241-A e 241-B da Lei n. 8.069/1990. A denúncia organizou a imputação em dois núcleos fáticos. No primeiro, atribuiu ao acusado a disponibilização, publicação, divulgação e manutenção, na plataforma *Twitter/Vine*, de registros de abuso sexual infantojuvenil, mediante contas vinculadas a endereços eletrônicos e a número telefônico posteriormente associados à sua pessoa. No segundo, imputou-lhe a aquisição, posse e armazenamento, em dispositivo computacional e telefone móvel apreendidos em sua residência, de fotografias e vídeos com igual conteúdo ilícito, conduta subsumida ao art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A sentença julgou parcialmente procedente a pretensão acusatória. Quanto ao primeiro núcleo da denúncia, relativo às publicações supostamente realizadas em rede social, absolveu o réu por insuficiência de elementos seguros quanto à autoria dolosa das postagens. Quanto ao segundo, porém, reconheceu a responsabilidade penal do acusado pelo armazenamento do material ilícito localizado em seus dispositivos eletrônicos, reputando comprovadas a materialidade e a autoria a partir da prova técnica, dos elementos colhidos durante a persecução penal e da própria manifestação judicial do acusado.

Contra esse pronunciamento, apelaram o Ministério Público Federal e a defesa. O órgão acusatório buscou a condenação também pelos fatos relacionados à plataforma *Twitter/Vine*, sustentando que o acervo probatório permitiria superar o juízo absolutório firmado na sentença. A defesa, por sua vez, alegou preliminares de incompetência da Justiça Federal, nulidade do mandado de busca e apreensão, quebra da cadeia de custódia, ilicitude das provas por violação ao sigilo de dados e ofensa ao direito ao silêncio. No mérito, requereu a absolvição quanto ao delito remanescente, ao argumento de que a condenação teria sido fundada em prova insuficiente ou não submetida, em sua integralidade, ao contraditório judicial.

O TRF da 4ª Região rejeitou as preliminares defensivas. No exame do mérito, embora tenha reconhecido a materialidade dos fatos narrados no primeiro núcleo da denúncia, manteve a absolvição quanto aos crimes dos arts. 241-A e 241-B do ECA vinculados à rede social, por considerar que a acusação não demonstrou, com o grau de certeza exigido para a condenação criminal, ter sido o réu o autor doloso das publicações. A Corte de origem, portanto, distinguiu a existência objetiva do material ilícito e de sua divulgação da prova necessária para atribuir pessoalmente ao acusado a autoria das postagens.

Diversa foi a conclusão quanto ao segundo núcleo fático. O Tribunal manteve a condenação pelo crime do art. 241-B do ECA, relativo ao armazenamento de arquivos em HD e telefone celular, destacando que a prova pericial identificou, nos dispositivos vinculados ao acusado, fotografias e vídeos contendo abuso sexual infantojuvenil. A esse dado técnico somaram-se os depoimentos colhidos em juízo e a confissão parcial do réu, que admitiu a aquisição, posse e guarda de material dessa natureza, ainda que tenha buscado relativizar a extensão de sua consciência sobre a permanência dos arquivos nos equipamentos apreendidos.

Na dosimetria, a Corte regional deu parcial provimento apenas ao recurso defensivo, para compensar integralmente a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea. Com isso, redimensionou a reprimenda para 1 ano, 6 meses e 21 dias de reclusão, mantida a pena de 27 dias-multa, à razão unitária de 1/10 do salário mínimo, bem como o regime inicial semiaberto, em razão da reincidência específica. Ao final, negou provimento ao apelo ministerial e deu parcial provimento à apelação defensiva somente para ajustar a pena.

Os primeiros embargos de declaração opostos pela defesa foram parcialmente acolhidos para sanar as omissões apontadas pela defesa e, de ofício, complementar o dispositivo do julgado, a fim de fazer constar a negativa de provimento ao apelo interposto pelo Ministério Público Federal, nos termos da ementa a seguir (fls. 805-806):

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO.

1. Nos termos do artigo 619 do CPP, cabem embargos de declaração quando houver na decisão (sentença ou acórdão) ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, ou então, por construção jurisprudencial, quando constatado erro material no julgado.
2. O colegiado, ao fundamentar sua decisão, não está obrigado a rebater expressamente todas as alegações, dispositivos legais ou enfrentar todas as questões postas sob o enfoque indicado pelas partes. Deve, isto sim, fundamentar a decisão

suficientemente, dizendo o que seja indispensável para embasar seu posicionamento, observando os tópicos imprescindíveis para a solução lógica da controvérsia. E isso se verificou no caso do decisum embargado.

3. Desnecessária a abordagem expressa dos dispositivos legais e constitucionais no corpo do acórdão para tal finalidade, pois, como é sabido, o Juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando encontrar fundamento suficiente para embasar a sua decisão. Assim, eventual negativa de vigência a determinado dispositivo legal ou constitucional, ensejadora de interposição de recurso especial e/ou extraordinário, é decorrente dos fundamentos da decisão, e não de manifestação expressa do julgador nesse sentido.

4. Aclaratórios parcialmente providos com o fito de esclarecer pontos omissos indicados pela defesa, bem como para fazer constar do dispositivo a negativa de provimento do apelo do Ministério Público Federal.

5. No dispositivo, onde se lê: "Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado", leia-se "Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao apelo do Ministério Público Federal, e dar parcial provimento à apelação da defesa, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado".

Os segundos embargos de declaração defensivos foram parcialmente acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes ao acórdão, para substituir a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária equivalente à doação de 6 (seis) salários mínimos a entidade assistencial a ser definida pelo Juízo da execução. O acórdão embargado está assim ementado:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO.

1. Nos termos do artigo 619 do CPP, cabem embargos de declaração quando houver na decisão (sentença ou acórdão) ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, ou então, por construção jurisprudencial, quando constatado erro material no julgado.

2. O colegiado, ao fundamentar sua decisão, não está obrigado a rebater expressamente todas as alegações, dispositivos legais ou enfrentar todas as questões postas sob o enfoque indicado pelas partes. Deve, isto sim, fundamentar a decisão suficientemente, dizendo o que seja indispensável para embasar seu posicionamento, observando os tópicos imprescindíveis para a solução lógica da controvérsia. E isso se verificou no caso do decisum embargado.

3. No caso dos autos, há, de fato, omissão no julgado, porquanto este não analisou os pedidos de conversão da pena corporal em pena restritiva de direitos e de redução do valor unitário do dia-multa.

4. Considerando que a multa, na origem, foi fixada muito aquém da pena carcerária, não vejo razão para modificar o entendimento singular quanto ao valor unitário do dia-multa ratificado por esta Corte.

5. Tendo em vista que, não obstante a reincidência específica, a pena foi fixada em patamar inferior a 4 (quatro) anos, o crime foi praticado sem violência ou grave ameaça, a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, na espécie, além de melhor atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, leva em conta ainda a situação dos presídios brasileiros.

6. Desnecessária a abordagem expressa dos dispositivos legais e constitucionais no corpo do acórdão para tal finalidade, pois, como é sabido, o Juiz não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando encontrar fundamento suficiente para embasar a sua decisão. Assim, eventual negativa de vigência a determinado

dispositivo legal ou constitucional, ensejadora de interposição de recurso especial e/ou extraordinário, é decorrente dos fundamentos da decisão, e não de manifestação expressa do julgador nesse sentido."

Em suas razões recursais, a parte recorrente aponta violação do art. 5º, X e XII, da Constituição da República, dos arts. 59 e 68 do CP, dos arts. 157, 158-A, 381, III, 386, VII, 387, II e III, e 564, IV e V, do CPP, dos arts. 7º, II e III, e 10, §§ 1º e 2º, da Lei n. 12.965/2014, e do art. 13 da LINDB. A defesa insurge-se contra acórdão do TRF da 4ª Região, sustentando prequestionamento e discussão estritamente jurídica, sem incidência da Súmula 7/STJ. Alega a nulidade por quebra da cadeia de custódia da prova digital, pois os relatórios do NCMEC, utilizados na formação da denúncia e no Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 460/2022, não foram juntados aos autos nem disponibilizados à defesa, apesar de arguição desde a resposta à acusação (fls. 29-52). Afirma a violação à paridade de armas e à SV n. 14/STF, bem como ausência de metadados, auditabilidade, repetibilidade, reprodutibilidade e justificabilidade da prova digital.

Aduz, ainda, a incerteza sobre a conta responsável pelas postagens, a existência de mensagens diretas ou seguidores, as bases consultadas pela Polícia Federal e o percurso investigativo adotado até a identificação do recorrente, além da não localização, nos dispositivos apreendidos, das imagens indicadas no relatório policial. Também atesta a nulidade por acesso indevido a dados intercambiados, pois IPs, datas, horários e dados vinculados à operadora Vivo teriam sido obtidos antes de decisão judicial. Quanto à prova oriunda do NCMEC – *National Center for Missing and Exploited Children* –, assevera inadmissibilidade de relatório estrangeiro produzido por tecnologia sem previsão, regulamentação ou validação pela lei brasileira. Consigna, também, a ausência de autorização judicial prévia para acesso ao fluxo ou ao conteúdo de comunicações pela *internet*, em violação ao art. 5º, X e XII, da Constituição da República e ao art. 7º, II e III, da Lei n. 12.965/2014.

Na dosimetria do crime do art. 241-B do ECA, impugna a negatização da culpabilidade, por reputar inidôneos o ensino superior incompleto e a docência em alemão como fundamentos de maior reprovação, e das circunstâncias do crime, por valoração de elemento inerente ao tipo penal. Ao final, requer a declaração de nulidade do processo por quebra da cadeia de custódia, violação à SV n. 14/STF, acesso ilícito a dados intercambiados e uso de prova inadmissível; subsidiariamente, pede o afastamento das vetoriais negativas, o redimensionamento da pena-base pela diretriz do termo médio ou pela fração de 1/6 por circunstância judicial desfavorável e, não conhecido o recurso, a concessão de *writ* de ofício.

Com contrarrazões (fls. 888-934), o recurso especial foi admitido na origem (fls. 937-938).

Remetidos os autos a esta Corte Superior, o MPF manifestou-se pelo não conhecimento ou improvimento do recurso recurso especial (fls. 951-964).

"RECURSO ESPECIAL. ARMAZENAMENTO DE MATERIAL PORNOGRÁFICO INFANTIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NO ART. 105, III, "A" DA CF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 59 E 68 DO CP; 157, 381, III, 386, VII, 387, II E III, E 564, IV E V, DO CPP; 7º, II E III E 10, §1º E §2º DA LEI 12.965/2014 E 13 DA LINDB. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DA AÇÃO PENAL OU REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. QUEBRA DE CADEIA DE CUSTÓDIA. INOCORRÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO DE PLANO PELA DEFESA. FALTA DE JUNTADA DE INFORMAÇÕES NO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO DA DEFESA. ACESSO INTEGRAL AOS AUTOS. SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS NÃO ABRANGE DADOS CADASTRAIS. PRECEDENTES DO STJ. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO OU DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL."

É o relatório.

Decido.

VOTO

I. ADMISSIBILIDADE.

Inicialmente, é inviável o debate acerca da contrariedade a dispositivos da CR/88 em sede de recurso especial, uma vez que não compete a esta Corte Superior o seu enfrentamento, sob pena de usurpação da competência do STF. Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. COMPETÊNCIA DO STF. CONDENAÇÃO CRIMINAL COM TRÂNSITO EM JULGADO HÁ MAIS DE 5 ANOS. CONFIGURAÇÃO DE MAUS ANTECEDENTES. PRECEDENTES. ROUBO. CONSUMAÇÃO. DESNECESSIDADE DE POSSE MANSA E PACÍFICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Compete ao Supremo Tribunal Federal analisar eventual existência de ofensa a princípios ou dispositivos constitucionais, não cabendo a esta Corte se pronunciar acerca de eventual violação à Constituição Federal sob pena de usurpação da competência.

[...]

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp n. 1.668.004/RJ, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 26/9/2017, DJe de 2/10/2017.)

"[...]

2. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça se manifestar explicitamente acerca de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação de competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 905.964/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado 8/8/2017, DJe de 18/8/2017.)

Também, não pode ser conhecido o recurso quanto à apontada violação da Súmula Vinculante 14/STF, pois, nos termos da Súmula 518/STJ, para fins do art. 105, III, "a", da CR/1988, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado sumular. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 518 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGENTE QUE SE VALEU DA CONDIÇÃO DE MILITAR PARA PRÁTICA DO CRIME. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. RECONHECIMENTO DE ERRO DE TIPO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal - CF, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula." (Súmula 518, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/2/2015, DJe 2/3/2015) (AgRg no REsp 1796340/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 23/6/2020).

[...]

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1.807.032/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 1/6/2021, DJe de 7/6/2021.)"

No mais, o recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade, em especial quanto à demonstração da relevância da questão federal suscitada, por se originar de ação penal e, portanto, ajustar-se à hipótese de presunção prevista no art. 105, § 3º, I, da Constituição da República, incluído pela EC 125/2022.

Também se tem por configurado o prequestionamento das teses defensivas relativas à quebra da cadeia de custódia e à ausência de juntada dos relatórios do NCMEC – *National Center for Missing and Exploited Children* –, uma vez que tais matérias foram expressamente enfrentadas pelo órgão julgador. Quanto à alegada validade dos *reports* encaminhados por entidade estrangeira, sob o argumento de terem sido produzidos por tecnologia sem previsão, regulamentação ou validação específica na legislação brasileira, adianta-se que houve prequestionamento implícito dos dispositivos de lei federal indicados pela parte recorrente, pois a Corte de origem apreciou, ainda que sem referência literal a todos eles, a controvérsia jurídica neles contida.

Passo, pois, ao exame do mérito.

II. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA.

A controvérsia jurídica submetida ao STJ gira em torno da alegada violação dos arts. 157, 158-A e 564, IV e V, do CPP, dos arts. 7º, II e III, e 10, §§ 1º e 2º, da Lei n. 12.965/2014, e do art. 13 da LINDB, em razão da nulidade por quebra da cadeia de custódia, decorrente da ausência de juntada dos relatórios NCMEC aos autos, embora, segundo a parte recorrente, esses documentos tenham sido utilizados na formação da denúncia e na elaboração do Relatório de Análise de Polícia Judiciária n. 460/2022. Sustenta-se que os relatórios não foram

disponibilizados à defesa, apesar de arguição formulada desde a resposta à acusação, o que teria impedido o acesso ao material originário que serviu de base à imputação e ao relatório policial posteriormente produzido. Quanto às informações oriundas do NCMEC, assevera-se, ainda, a inadmissibilidade dos *reports* encaminhados por entidade estrangeira, por terem sido produzidos a partir de tecnologia sem previsão, regulamentação ou validação específica pela lei brasileira, circunstância que, segundo a defesa, comprometeria a validade do seu recebimento pela Polícia Federal e dos atos investigativos deles decorrentes.

III. DA VALIDADE DO ENCAMINHAMENTO DOS *REPORTS* PELO NCMEC.

Antes de examinar a questão atinente à disponibilização dos *reports* encaminhados à polícia federal, isto é, ao efetivo acesso defensivo a esses documentos, convém analisar a legalidade de seu envio às autoridades brasileiras como comunicação apta a deflagrar a investigação. Isso porque eventual reconhecimento da invalidade desses relatórios conduziria, logicamente, à sua inadmissão e consequente extração dos autos, tornando prejudicada a discussão posterior acerca do modo, do momento ou da extensão de seu acesso pela defesa.

A insurgência defensiva parte da premissa de que os relatórios encaminhados pelo NCMEC – seriam inadmissíveis por provirem de entidade estrangeira e terem sido produzidos mediante tecnologia sem previsão, regulamentação ou validação pela legislação brasileira. A tese, contudo, confunde dois momentos que reclamam tratamento distinto: de um lado, o recebimento, por autoridade brasileira, de notícia relativa à possível prática criminosa; de outro, a valoração ou incorporação probatória dos elementos obtidos a partir dessa comunicação inicial.

No caso, o acórdão recorrido registra que a investigação foi instaurada com base em elementos fornecidos por autoridades dos Estados Unidos, mediante notícia-crime encaminhada pelo NCMEC às autoridades brasileiras, por meio dos relatórios n. 89794268 e 126248964. Esses documentos indicavam a suposta disponibilização, em plataforma de *internet*, de imagens com conteúdo ilícito envolvendo crianças ou adolescentes, vinculadas a contas e dados posteriormente atribuídos ao réu, como visto a partir do trecho a seguir (fls. 741-742):

"1.2. Ilícitude das provas obtidas por intermédio do NCMEC.

Do mesmo modo, não há falar em **ilícitude das informações advindas dos reports emitidos pelo National Center for Missing and Exploited Children - NCMEC**, que deram causa ao mandado de busca e apreensão.

Observe que as informações de interesse compartilhadas pelo NCMEC foram reproduzidas e analisadas pelo Relatório de Análise de Polícia Judiciária - Caso Rapina nº 460/2022 - RAPINA/SERCOPI/ DRCC/CGFAZ/DICOR/PF (processo 5056056-87.2022.4.04.7100/RS, evento 1, NOT_CRIME2), documento este que goza de presunção de legitimidade e veracidade própria dos atos administrativos realizados por servidores públicos no exercício de suas funções.

Ainda que o RAPJ Rapina nº 460/2022 apresente erro material, ao referir que "o NCMEC informou que se trata de imagens 'unfamiliar' , ou seja, são imagens desconhecidas dos bancos de dados, o que pode indicar uma possível produção de material pornográfico infantil, conforme será explicado no decorrer deste relatório", o equívoco foi apontado pelo autor do documento, o Papiloscopista Policial Federal Jair Soares Fonseca Filho (evento 91, VIDEO2), quando ouvido pelo juízo. Tendo o

servidor relatado que a referência equivocada constava do documento-base utilizado para a confecção do relatório. Ademais, ainda que não houvesse qualquer ressalva por parte do policial, a informação não influenciou negativamente ao réu, no que tange à análise e à interpretação da prova.

Na outra mão, o NCMEC **é uma organização não governamental que recebeu autorização do Congresso dos Estados Unidos da América para estabelecer um mecanismo centralizado de recebimento para os prestadores de serviços de conexão/internet relatarem suspeita de exploração sexual infantil**. Naquele país, esses prestadores de serviços são obrigados por lei a relatarem suspeita de exploração sexual infantil que trafeguem em suas redes.

Quando se tratam de suspeitos possivelmente alocados no Brasil, o NCMEC disponibiliza as notícias de crime - reports - à Polícia Federal para investigação ou distribuição às autoridades estaduais com atribuição para o caso.

Portanto, no caso dos autos, **o material repassado pelo NCMEC à Polícia Federal foi obtido de acordo com a lei norte-americana**, a qual **não exige prévia autorização judicial** para que provedores de aplicações de Internet sediadas nos Estados Unidos, como é o caso do Twitter, reportem às autoridades, por meio do NCMEC, o armazenamento, disseminação ou divulgação de conteúdo alusivo a abuso sexual infantojuvenil de que tiverem conhecimento.

Em tal contexto, não há qualquer ilegitimidade do RAPJ Rapina nº 460/2022, documento que fundamentou as buscas na residência do réu."

Esse dado importa porque o *report* do NCMEC, em sua feição originária, não corresponde à prova judicializada de materialidade ou autoria. É uma comunicação de suspeita, bastante para provocar a atuação dos órgãos brasileiros de persecução penal, mas insuficiente para substituir os atos de apuração interna. O próprio acórdão recorrido registrou que as informações encaminhadas pelo NCMEC foram retomadas e examinadas no Relatório de Análise de Polícia Judiciária – Caso Rapina n. 460/2022, elaborado por servidor da polícia federal, documento que embasou a medida de busca e apreensão.

A validade desse encaminhamento deve ser apreciada nesses limites. Não houve, nesse primeiro momento, incorporação de prova estrangeira, mas o recebimento, por autoridade nacional, de notícia de possível crime, com origem descrita no acórdão recorrido. A Corte de origem consignou que o NCMEC atua como entidade autorizada pelo Congresso dos Estados Unidos da América a centralizar comunicações feitas por provedores de serviços de *internet* sobre suspeitas de exploração sexual infantil; registrou, ainda, que, naquele país, esses provedores devem comunicar suspeitas dessa natureza quando identificadas em suas redes.

O processo penal brasileiro não condiciona o aproveitamento inicial de informação vinda do exterior à observância das formas internas brasileiras, sob pena de inviabilizar a cooperação internacional em crimes praticados em ambiente digital, nos quais a execução, a detecção e a identificação dos vestígios frequentemente atravessam mais de uma jurisdição.

No julgamento do RHC n. 210.067/RS, de relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, a Sexta Turma do STJ examinou questão relativa ao Sky ECC. Embora aquele caso não se confunda com a hipótese destes autos, a orientação ali firmada auxilia a justificação aqui adotada. Naquele precedente, discutia-se prova digital obtida na França e compartilhada por cooperação jurídica internacional, com laudo, *hashes* e disponibilização do material às partes.

Aqui, o debate vem antes, concentrando-se no encaminhamento dos *reports* do NCMEC à polícia federal como notícia-crime. A diferença entre os casos não enfraquece a incidência da *ratio decidendi* do precedente, neste caso. Reforça sua aplicação com maior razão, pois, se o STJ admite que a prova produzida no exterior seja apreciada segundo a lei do país em que formada, não há fundamento para invalidar, de plano, uma notícia-crime estrangeira apenas porque o Brasil não adota o mesmo procedimento técnico ou normativo do Estado de origem. A ausência de identidade entre os procedimentos técnicos adotados no exterior e aqueles previstos no Brasil não basta para tornar ilícito o relatório produzido por autoridade estrangeira.

Confira-se, a propósito, a ementa do aresto paradigma:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. OPERAÇÃO HINTERLAND. PROVAS DIGITAIS OBTIDAS A PARTIR DO APLICATIVO SKY ECC. ILICITUDE DA PROVA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS NÃO PROVIDO.

1. A investigação denominada Operação Hinterland, que deu ensejo à denúncia objeto deste recurso, foi iniciada em março de 2021 e teve por objeto apurar os crimes de lavagem de ativos e tráfico de entorpecentes praticados por organização criminosa transnacional, extremamente estruturada, armada e vinculada a outros grupos criminosos independentes na América do Sul e na Europa, com forte atuação profissional no tráfico internacional de drogas e em processos estruturados voltados à lavagem de dinheiro.

2. A despeito de este habeas corpus haver sido instruído por parecer técnico subscrito por perito livremente escolhido pela defesa, isso não afasta o fato de que a questão atinente à cadeia de custódia da prova e à admissibilidade ou não das provas obtidas por meio do aplicativo SKY ECC já foi objeto de discussão em momento anterior por esta Corte Superior de Justiça, nos autos do RHC n. 193.520/RS, interposto pelo corréu Armando Pacani, também relativo à Operação Hinterland.

3. No HC n. 899.244/RS, impetrado em favor do corréu Cesar Oliveira de Oliveira Júnior, a defesa novamente contestou os meios técnicos utilizados para obtenção do banco de dados do aplicativo SKY ECC e afirmou que não haveria comprovação de prévia autorização judicial para a extração dessas informações. Sustentou, de igual forma, que tais elementos seriam essenciais e necessários para demonstrar a licitude na obtenção da prova e a garantia da cadeia de custódia. A ordem, no entanto, foi denegada.

4. O fato de a ilicitude das provas digitais obtidas a partir do aplicativo SKY ECC haver sido afastada pelo colegiado desta Corte Superior de Justiça em situações pretéritas, envolvendo essa mesma operação policial (Operação Hinterland), já seria argumento suficiente o bastante para rechaçar a pretensão defensiva, quer por carecer este Colegiado de competência para apreciar a mesma apontada coação, quer por uma questão de coerência processual e de estabilidade das decisões judiciais.

5. De todo modo, vale ressaltar que a prova questionada pela defesa é apenas uma das fontes probatórias que instruíram a denúncia objeto deste recurso. Isso só reforça a compreensão de que é por demais precipitado o desentranhamento dos autos das provas digitais obtidas a partir do SKY ECC nesta fase processual - em que a instrução probatória ainda está em trâmite -, porque, mesmo que desconsiderados os diálogos angariados por meio desse aplicativo, a inicial acusatória permaneceria amparada em indícios mínimos de autoria e em prova da materialidade dos crimes nela descritos (lavagem de dinheiro, tráfico internacional de drogas).

6. Por ocasião da recepção dos dados oriundos da França - entre eles as conversas do SKY ECC e as planilhas de Excel -, a investigação já contava com vasto material probatório acerca da autoria e da materialidade, obtido mediante inúmeras diligências policiais realizadas pela Polícia Federal brasileira, tais como quebras de sigilo

bancário, financeiro e fiscal, de sigilo telefônico e telemático, além de apreensões de drogas e autos de prisão em flagrante. Somente depois dessas diligências foram acrescentados os dados oriundos desse aplicativo.

7. A despeito de não ter sido acostada aos autos a decisão judicial que autorizou o acesso aos diálogos mantidos pelo aplicativo SKY ECC (caso esteja efetivamente previsto na legislação francesa que a intervenção do Judiciário deva necessariamente ocorrer em situações como tal), essa omissão, consoante decidido por ocasião do julgamento do HC n. 899.244, não é motivo suficiente para ensejar, neste momento processual, a invalidação da prova, obtida a partir de regular tramitação de pedido de cooperação jurídica internacional. Embora não aportada aos autos a decisão judicial que teria amparado a coleta da prova, o cumprimento da medida solicitada foi direcionado a autoridades judiciárias que, por sua vez, conduziram a diligência para efetiva execução, em observância às normas daquele país.

8. Não obstante o parecer juntado aos autos pela defesa - de perito livremente por ela escolhido, diga-se - haja afirmado que "a evidência digital constante nos autos não ostenta indícios de confiabilidade, validade e integridade das informações e dados que a compõe, posto que jazem inespecíficos tanto os métodos de aquisição da evidência quanto os pontos de preservação da cadeia de custódia desta evidência digital", não há como se olvidar que, assim que recepcionado no Brasil, o material foi apreendido pela Polícia Federal e encaminhado à perícia do Setor Técnico-Científico da Polícia Federal, que elaborou laudo, o qual corresponde exatamente àquele descrito pela polícia francesa, respeitados os procedimentos para preservação dos dados originais, com o cálculo dos respectivos hashes.

9. A prova que está nos autos - sobre a qual a denúncia foi amparada e que foi obtida mediante cooperação internacional - foi atestada por laudo pericial da Polícia Federal, que demonstrou a sua regularidade e comprovou corresponder ao fornecido pelas autoridades francesas.

10. A prova questionada neste recurso foi trazida aos autos depois de regular procedimento de cooperação jurídica internacional por auxílio direto entre os países, estabelecida nos termos do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28/5/1998, e promulgado no Brasil por meio do Decreto n. 3.324/1999.

11. Os dados do SKY ECC foram obtidos regularmente, mediante cooperação jurídica internacional judicialmente autorizada nos Autos n. 5032476-28.2022.4.04.711, ao qual a defesa tem acesso, com base no referido Acordo de Cooperação. Nos documentos enviados pelas autoridades francesas, é possível depreender que as provas foram coletadas de acordo com a legislação do país solicitado.

12. No caso, não foi apresentada nenhuma prova concreta para afastar a presunção de legalidade advinda da adoção do procedimento formal para trânsito de provas entre a França e o Brasil. Em acréscimo, todo o material recebido via cooperação jurídica com autoridade estrangeira foi devidamente acostado aos autos e disponibilizado às partes, inclusive via link para acesso em nuvem administrada pela Justiça Federal. Ainda, o acesso às provas digitalizadas foi franqueado de forma adequada à defesa.

13. Havendo suspeita de que os dados enviados ao Brasil não seriam os mesmos colhidos na França, caberia à defesa demonstrar, ainda que indiciariamente, em que se basearia tal suspeita. O recebimento da documentação probatória por meio de cooperação internacional, a qual se sustenta no princípio da boa-fé das autoridades envolvidas, reforça ainda mais a fidedignidade da prova.

14. Em matéria de cooperação internacional penal, vigora o princípio da *lex diligentiae*, como afirmado explicitamente na primeira parte do art. 13 da LINDB: "a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se".

15. Por haver a documentação sido obtida de forma regular no país que se encarregou das primeiras investigações (França), em obediência à lei local, e posteriormente sido entregue às autoridades brasileiras para embasar - ou simplesmente complementar

- investigações criminais que aqui já estavam em curso, não existe nenhum impedimento à utilização dessas provas no processo.

16. Não é cabível que se pretenda, notadamente na via estreita do habeas corpus, que a Justiça brasileira se debruce a examinar a legalidade de atos jurídicos internos praticados na República Francesa. As autoridades do país requerente, inclusive as judiciais, não têm nenhum poder de controle ou de ingerência sobre os atos praticados no país requerido. Irrelevante, portanto, a alegação de nulidade da prova sob o argumento de que não há decisão judicial francesa que explique como se deu a operação policial de captura dos dados do SKY ECC ou que informe os meios de obtenção dessa fonte de prova. Isso porque não cabe a nós a discussão acerca do procedimento utilizado pela autoridade estrangeira, tampouco nos cabe impor à França a adoção de procedimentos empregados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

17. O acesso ao conteúdo de conversações do aplicativo SKY ECC, ainda que no Brasil seja considerado sigiloso, de acordo com as leis locais, não é suficiente para violar a ordem pública ou a soberania nacional, de que somente se poderia cogitar se a obtenção dessas informações tivesse ocorrido de modo ilícito na França, o que não ficou inequivocamente demonstrado no caso dos autos.

18. Recurso em habeas corpus não provido."

(RHC n. 210.067/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 6/5/2025, DJEN de 19/5/2025.)

Embora se reconheça aos *reports* presunção de veracidade e boa-fé objetiva, isso não altera sua natureza. Continuam sendo notícia-crime. Não provam materialidade ou autoria, não dispensam a apuração pela polícia federal e não retiram do juiz o controle sobre os atos depois praticados. A utilidade dessa presunção é impedir que o simples encaminhamento da comunicação seja tratado como ilícito, quando não há nenhum registro de atuação do NCMEC como braço informal da persecução penal brasileira, nem de provocação das autoridades nacionais para contornar garantias processuais internas.

O acórdão recorrido assentou que, quando os suspeitos se encontram possivelmente no Brasil, o NCMEC disponibiliza as notícias de crime à polícia federal para investigação ou remessa às autoridades estaduais com atribuição. Também afirmou que, no caso concreto, o material repassado foi obtido segundo a lei norte-americana, que não exige prévia autorização judicial para que provedores sediados nos Estados Unidos reportem, por meio do NCMEC, armazenamento, disseminação ou divulgação de conteúdo relacionado a abuso sexual infantojuvenil.

Não há elementos nos autos para afirmar que o relatório encaminhado tenha decorrido de requisição clandestina brasileira, de violação manifesta à soberania nacional ou de expediente construído para contornar exigência judicial interna. O que consta é que a comunicação teve origem de organismo estrangeiro, legalmente descrito pelo acórdão recorrido, e foi recebida pela polícia federal como notícia de possível crime. A defesa discorda da suficiência e da confiabilidade dos elementos derivados dessa notícia, mas essa objeção não invalida o ato antecedente de recebimento do *report*.

Além disso, a alegação de que a tecnologia empregada pelo NCMEC não tem regulamentação específica no Brasil não invalida, por si só, o encaminhamento dos *reports* à polícia federal. O que se recebeu, nesse primeiro momento, foi uma notícia-crime estrangeira, não uma prova já pronta para condenar. Exigir prévia validação brasileira da tecnologia usada no

exterior significaria condicionar o recebimento de comunicações internacionais de crime à existência, no Brasil, do mesmo modelo técnico ou normativo adotado pelo país de origem.

Essa exigência não decorre do art. 13 da LINDB, como aponta a defesa. O dispositivo prevê que *a prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei nele vigente* quanto ao ônus e aos meios de produção, sem exigir identidade entre o procedimento estrangeiro e o procedimento brasileiro, como se vê a partir da leitura do dispositivo de lei:

"Art. 13. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros **provas que a lei brasileira desconheça.**"

A ressalva final – relativa às provas desconhecidas pela lei brasileira – não autoriza, por si só, a invalidação de uma notícia-crime encaminhada ao Brasil, sobretudo quando o *report* não é tomado como prova judicializada de materialidade ou autoria, mas como comunicação inicial apta a provocar a atuação da polícia federal.

Com efeito, o que importa, para a validade do relatório, é verificar se ele chegou à autoridade brasileira como notícia-crime, se sua origem foi identificada e se a persecução nacional não se valeu de expediente ilícito para obter, por via indireta, dado sujeito à reserva de jurisdição no Brasil. O acórdão recorrido não registra nenhuma burla. Ao contrário, descreve a atuação do NCMEC como entidade centralizadora de *reports* e a atuação posterior da polícia federal como etapa nacional de análise das informações recebidas.

A defesa poderia, em tese, demonstrar que o *report* foi produzido por meio manifestamente ilícito no país de origem, ou que houve cooperação dirigida a contornar a reserva de jurisdição brasileira. Essa, porém, não é a moldura fática fixada pelo acórdão recorrido. O que há é, apenas, a alegação de invalidade fundada na origem estrangeira da informação e na ausência de previsão brasileira específica da tecnologia utilizada. Isso não basta para invalidar o relatório.

Dessa forma, rejeito a tese de inadmissibilidade fundada na origem estrangeira dos *reports* encaminhados pelo NCMEC, porquanto não consta dos autos a demonstração de que o encaminhamento tenha resultado de burla às garantias processuais brasileiras, de provocação ilícita das autoridades nacionais ou de afronta manifesta à soberania ou à ordem pública.

IV. DA IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE DEFENSIVO SOBRE A INTEGRALIDADE DOS *REPORTS* NCMEC NÃO JUNTADOS AO INQUÉRITO POLICIAL.

A premissa fática, segundo se extrai do próprio acórdão recorrido, é a de que a persecução penal foi inaugurada a partir dos relatórios NCMEC 89794268 e 126248964, nos quais se teriam indicado publicações feitas na plataforma *Twitter* por contas vinculadas, em momento posterior, ao acusado. Esses documentos, ainda conforme registrado pela Corte de origem, não apenas deram causa à notícia-crime, mas também subsidiaram a representação pela busca e apreensão e foram reproduzidos no RAPJ Caso Rapina n. 460/2022. Apesar disso, os

relatórios NCMEC não estavam carregados no caderno inquisitorial nem foram juntados aos autos, permanecendo fora do alcance da defesa justamente o elemento originário a partir do qual se estruturou a narrativa policial posteriormente acolhida como suporte da materialidade, como observado da transcrição do trecho do acórdão recorrido a seguir (fls. 742-749):

"1.3. Quebra da cadeia de custódia.

Alega a defesa a nulidade em razão da quebra da cadeia de custódia. Sustenta que os reports emitidos pelo National Center for Missing and Exploited Children - NCMEC não lhes foram disponibilizados.

Mais uma vez, nada a prover.

Segundo o art. 158-A do Código de Processo Penal, inserido pela Lei nº 13.964/2019, "considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte". Registre-se, de fato, que a cadeia de custódia da prova é fundamental para preservar a sua confiabilidade, pois objetiva garantir que o material probatório não sofra interferências ou alterações durante o trâmite a ser percorrido até sua análise pelo magistrado ao final do processo.

[...]

No presente caso, a **prova questionada pela defesa se refere aos reports NCMEC não disponibilizados à defesa.**

Como bem disposto na sentença, da lavra de KARINE DA SILVA CORDEIRO, Juíza Federal Substituta, **embora os referidos reports NCMEC 89794268 e 126248964 não estivessem carregados no caderno inquisitorial**, não houve, por parte do defensor solicitação de juntada à Autoridade Policial, ou que esta tenha recusado, acesso àqueles documentos. Ademais, os reports foram equiparados pelo juízo a "mera notícia da suspeita de um possível crime, cujo caráter é informativo".

É de se destacar, ainda, que as informações de interesse compartilhadas pelo NCMEC foram reproduzidas e analisadas pelo RAPJ Caso Rapina nº 460/2022, documento que, como dito alhures, goza de presunção de legitimidade e veracidade própria dos atos dos servidores públicos.

Portanto, ao contrário do que alega a defesa, não há falar nulidade processual.

[...]

3. Mérito.

3.1. Apelo do Ministério Público Federal.

Insurge-se o MPF contra a absolvição do réu C, quanto aos delitos dos arts. 241-A e 241-B da Lei nº 8.038/90, referente ao primeiro fato descrito na denúncia, praticados por meio da plataforma Twitter, Inc./Vine Co., com o uso de contas vinculadas aos e-mail "perv. lordsatan@gmail. com" e "liliovrep666.3@protonmail. com" e ao número de telefone +55.51.98270-6680. Utilizando-se de tais recursos, o recorrido teria disponibilizado, publicado e divulgado imagens com sexo explícito e pornográficas envolvendo crianças e adolescentes, além de mantê-las armazenadas naquela rede social. Aduz a suficiência da prova para o juízo condenatório.

Como bem disposto na sentença, da lavra da Juíza Federal Substituta ARINE DA SILVA CORDEIRO (evento 160, SENT1), o conjunto probatório indiciário não foi suficiente para fundamentar a condenação do réu.

Todavia, diversamente do entendimento expresso na sentença, entendo que a **materialidade foi efetivamente comprovada**. Isso porque, **embora os Reports NCMEC 89794268 e 126248964, que subsidiaram o Relatório de Análise de Polícia Judiciária - Caso Rapina nº 460/2022 - RAPINA/SERCOPI/DRCC/CGFAZ/DICOR/PF (evento 1, NOT_CRIME2), não tenham sido juntados aos autos, o referido o RAPJ Caso Rapina nº 460/2022, elaborado por Jair Soares Fonseca Filho, Papiloscopista Policial Federal, traz a reprodução de imagens e de frames de vídeos publicados na rede social Twitter, nos perfis vinculados aos endereços eletrônicos perv. lordsatan@gmail. com e**

lilinhovrep666.3@protonmail. com, atribuídos pela acusação ao réu. O documento da polícia federal indica, inclusive, o dia e a hora em que os Tweets com o conteúdo criminoso foram divulgados na rede social.

Nesse contexto, considerando, a legitimidade dos Reports emitidos pelo NCMEC, bem como que os documentos produzidos na esfera administrativa por servidores públicos, no exercício de suas funções, que neles atestaram a sua fê pública, gozam de presunção de veracidade e legitimidade, próprios dos atos administrativos, entendo que o RAPJ Caso Rapina nº 460/2022 comprova, sim, a materialidade dos compartilhamentos na antiga rede social denominada Twitter.

[...]

Após a identificação de C como o possível autor das postagens, realizada as buscas na residência do então investigado, foram apreendidos e, posteriormente, periciados os dispositivos eletrônicos encontrados em sua posse. Todavia, embora a perícia tenha identificado algumas dezenas de arquivos com conteúdo de cena de sexo e/ou nudez envolvendo criança e/ou adolescente em um telefone celular e um HD, **as imagens divulgadas por meio de Tweets e trazidas no RAPJ Caso Rapina nº 460/2022 não foram encontradas nos dispositivos pertencentes ao réu. Aliás, sequer o aplicativo da rede social Twitter foi verificado no material investigado.**

O Papiloscopista Policial Federal Jair Soares Fonseca Filho (evento 91, VIDEO2), ouvido pelo juízo, informou que, **além de analisar os Reports NCMEC 89794268 e 126248964 e ser o responsável pelo RAPJ Rapina nº 460/2022, periciou o material apreendido na residência do réu**, sendo o autor da Informação de Polícia Judiciária nº 3781537/2023 (evento 70, INF2).

Por ocasião de sua oitiva, o papiloscopista explicou que em dois dispositivos do acusado, um HD e um aparelho celular, foram encontrados algumas imagens e vídeos identificados preliminarmente com sendo de pornografia infantojuvenil. Recordou-se, ainda, de ter analisado não apenas esses dispositivos, mas que também fez buscas por indícios de eventuais armazenamento e compartilhamentos em nuvem, como e-mails e chats, não tendo identificado imagens e vídeos suspeitos ou sinais de divulgação de material com o conteúdo delituoso."

A alegação defensiva, embora formulada também sob a rubrica da cadeia de custódia, não depende, para ser corretamente compreendida, da demonstração de adulteração do RAPJ Caso Rapina n. 460/2022, nem de manipulação material de algum arquivo digital depois de sua elaboração. O problema é anterior. Segundo o acórdão recorrido, os *reports* NCMEC 89794268 e 126248964 deram origem à notícia-crime, indicaram publicações supostamente realizadas na plataforma *Twitter* e serviram de base à confecção do relatório policial depois utilizado na persecução penal. Os relatórios estrangeiros, porém, não foram carregados no caderno inquisitorial nem juntados aos autos.

A partir dessa moldura, a questão não está em saber se o RAPJ, como documento policial, foi regularmente produzido em sentido formal. Está em saber se a defesa podia ser privada do acesso aos documentos que lhe serviram de fonte, quando deles teriam sido extraídas as informações posteriormente reproduzidas, interpretadas e utilizadas pela autoridade policial. O relatório derivado não é indiferente à fonte que o alimenta. Quanto maior a dependência do ato policial em relação ao documento originário, maior a necessidade de franquear às partes o acesso ao material primário, pois somente ele permite conferir a fidelidade da reprodução, a completude da transcrição e a correção das inferências feitas pelo órgão de investigação.

A presunção de legitimidade do relatório policial, invocada pelo acórdão recorrido, não resolve essa dificuldade. Ela pode amparar a existência formal do ato e a regularidade administrativa de sua elaboração, mas não comprova que o conteúdo dos *reports* NCMEC tenha sido integralmente reproduzido, corretamente compreendido ou suficientemente contextualizado. A prova digital, sobretudo quando chega ao processo por sucessivas mediações documentais, não se satisfaz com a confiança no resumo produzido pelo Estado. Sua confiabilidade depende da possibilidade de retorno à fonte, para que se compare o dado recebido com o dado analisado e, depois, com o dado levado à valoração judicial.

No precedente firmado pela Quinta Turma no AgRg no RHC n. 184.003/SP, o voto vencedor, acompanhado pela maioria do colegiado, assentou que a inacessibilidade de parte do material, comprometia a possibilidade de fiscalização independente da autenticidade dos vestígios, elemento reputado indispensável à confiabilidade da prova digital, como observado da ementa do acórdão paradigma a seguir:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. PROVA DIGITAL. CADEIA DE CUSTÓDIA. INADMISSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.

I. CASO EM EXAME

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que negou provimento a recurso ordinário em habeas corpus, visando à declaração de inadmissibilidade de provas digitais obtidas mediante busca e apreensão, devido a falhas na obtenção dos arquivos.
2. A defesa alega deficiência na documentação dos procedimentos de manuseio da prova digital e comprometimento à integridade da prova, porque parte dos arquivos está inacessível.
3. Decisão de primeira instância indeferiu o pedido de produção de provas adicionais para esclarecer a confiabilidade e integridade dos dados eletrônicos.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. A questão em discussão consiste em saber se a prova digital obtida mediante busca e apreensão, com parte dos arquivos corrompidos e inacessíveis, pode ser admitida em juízo.

III. RAZÕES DE DECIDIR

6. O simples fato de haver registro das hashes dos arquivos extraídos de aparelhos eletrônicos apreendidos não prova, por si só, a integridade da prova digital. Para tanto, seria necessário comparar as hashes dos arquivos originais com aquelas dos arquivos disponibilizados pelo Ministério Público, o que não foi feito na origem.
7. Como reconhecem o juízo singular, o Tribunal local e o Ministério Público, parte dos arquivos eletrônicos foi corrompida sob a custódia estatal por "algum tipo de erro" (palavras do Parquet), que não se sabe quando ou como aconteceu. Também não se sabe qual seria o conteúdo dos arquivos corrompidos, o que compromete a integralidade da prova, impossibilitando a defesa de acessar informações potencialmente relevantes.
8. A jurisprudência do STJ, em casos semelhantes, determina a inadmissibilidade de provas incompletas, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e à própria confiabilidade dos registros de corpo de delito.

IV. DISPOSITIVO E TESE

9. Agravo regimental provido para declarar inadmissíveis as provas digitais obtidas na medida cautelar, bem como todas as provas delas derivadas.

Tese de julgamento: "1. A prova digital deve ser completa e íntegra para ser admitida em juízo. 2. A corrupção de parte dos arquivos compromete a integralidade da prova, inviabilizando sua utilização".

Dispositivos relevantes citados: CPP, arts. 157, § 1º, e 158.

Jurisprudência relevante citada: STJ, HC 160.662/RJ, Rel. Min. Assusete Magalhães, Sexta Turma, julgado em 18.02.2014; STJ, AgRg no RHC 143.169/RJ, Rel. para acórdão Min. Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 07.02.2023." (AgRg no RHC n. 184.003/SP, relatora Ministra Daniela Teixeira, relator para acórdão Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 10/12/2024, DJEN de 26/12/2024.)

Convém lembrar que a correção fática da decisão judicial depende, em larga medida, da quantidade, da completude e da qualidade das provas submetidas à valoração do julgador. Quando o acervo probatório é fragmentado ou incompleto, diminui-se a possibilidade de reconstrução confiável dos fatos e, por consequência, aumenta-se o risco de erro judicial. É por isso que a exigência de integralidade da prova digital não se confunde com formalismo. Ao contrário, ela constitui condição para que a defesa possa controlar a origem, o conteúdo e a confiabilidade do material utilizado contra o acusado. Nesse ponto, o voto vencedor no RHC n. 184.003/SP reafirma que a legitimidade do processo penal não depende apenas da existência de prova, mas da qualidade do acervo probatório que sustenta a pretensão punitiva estatal.

Ainda, a mesma preocupação com a integralidade da prova foi reafirmada em julgado mais recente da Sexta Turma, no RHC n. 218.358/PI, relativo a ação penal por homicídio decorrente de colisão automobilística. Naquele caso, a acusação se apoiava em laudos periciais elaborados a partir de imagens captadas por câmeras de segurança. Ocorre que o dado bruto se perdeu, permanecendo nos autos apenas o laudo produzido a partir dele. Diante da impossibilidade de controle defensivo sobre a fonte primária da prova, reconheceu-se a inadmissibilidade tanto das imagens quanto dos laudos periciais delas derivados. A propósito:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE JULGOU OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. MERA DISCORDÂNCIA COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CARACTERIZADA. EXTRAVIO DE MÍDIAS CONTENDO GRAVAÇÕES E SIMULAÇÕES PERICIADAS. QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA CONFIGURADA. NULIDADE DOS RESPECTIVOS LAUDOS PERICIAIS. NECESSÁRIO DESENTRANHAMENTO DOS AUTOS.

1. A questão ora debatida foi enfrentada, tendo, todavia, o Tribunal de origem decidido de maneira contrária à defesa. Não se trata de omissão, mas, sim, de discordância com o resultado do julgamento, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.
2. A cadeia de custódia constitui um dos pilares fundamentais da validade da prova penal, estando, atualmente, prevista expressamente no Código de Processo Penal, após a promulgação da Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que introduziu os arts. 158-A a 158-F. O objetivo central dessa normatização foi assegurar a autenticidade, integridade e confiabilidade da prova, desde o momento de sua coleta até o seu descarte final, mediante a adoção de um procedimento padronizado de documentação, controle e rastreabilidade.
3. A quebra da cadeia de custódia caracteriza-se pela ocorrência de falhas em um ou mais elos do procedimento de rastreamento, controle e preservação da prova - seja de natureza física ou digital - comprometendo, de forma direta, sua integridade, autenticidade e/ou confiabilidade, podendo ensejar sua exclusão do processo.
4. Embora conste dos autos que, de fato, os laudos foram produzidos por peritos oficiais, com algoritmo hashes e que foram fornecidos links para acesso das imagens e vídeos, o acórdão cita, expressamente, a existência de possíveis avarias nos CDs

que acompanhavam as perícias (fl. 217), o que leva à conclusão de que foram fornecidos links inacessíveis à defesa.

5. A particularidade do presente caso não se dá por existência de possível adulteração ou manipulação da prova a ponto de invalidá-la, já que inexistem dados que indiquem tais falhas, mas sim por ausência dos elementos originais que se extraviaram após a regular confecção dos respectivos laudos e incorporação aos autos.

6. O extravio do material periciado evidencia a ausência de adequado armazenamento e conservação da prova, impedindo o acesso à íntegra do conteúdo utilizado na elaboração dos laudos periciais, o que pode configurar, à luz do Código de Processo Penal, vício procedimental.

Deve-se, portanto, avaliar as consequências fáticas e jurídicas dessa irregularidade no caso concreto, especialmente quanto ao seu potencial de violar direitos e garantias fundamentais.

7. A ausência da íntegra das gravações e imagens relativas ao dia do sinistro, bem como das simulações realizadas, comprometeu a adequada análise técnica necessária à eventual produção de contraprova. A impossibilidade de acesso às fontes originais fragilizou, no caso, a tentativa de contestação ou complementação do trabalho pericial, resultando na inefetividade do contraditório, na violação da ampla defesa e na quebra da paridade de armas entre as partes.

8. Constatada falha no armazenamento das mídias e gravações, reconheço a quebra de cadeia de custódia e a consequente nulidade dos respectivos laudos periciais, DEMANDA n. 00026275-35 e DEMANDA n. 00026492-09, devendo tais documentos ser desentranhados dos autos.

9. Recurso ordinário parcialmente provido para declarar a nulidade dos laudos periciais e determinar o desentranhamento dos autos."

(RHC n. 218.358/PI, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 4/11/2025, DJEN de 11/11/2025.)

Por isso, a ausência dos *reports* NCMEC não representa apenas a falta de um anexo. Ela impede o cotejo entre o documento originário e o relatório policial que dele se valeu. Sem esse cotejo, a defesa não poderia verificar se as imagens, os *frames*, as datas, os horários, as contas, os endereços eletrônicos, o número telefônico e os demais elementos mencionados no RAPJ correspondiam ao inteiro teor do material remetido pelo NCMEC. Também não poderia examinar se havia, nos relatórios originais, informações capazes de contextualizar a leitura policial, limitar o alcance das conclusões apresentadas ou revelar inconsistências na vinculação dos dados ao acusado.

Essa deficiência é mais bem compreendida como problema de incompletude do acervo probatório submetido ao contraditório. A prova colocada à disposição da defesa não foi o material originário recebido pelas autoridades brasileiras, mas a interpretação policial desse material. Com isso, o processo passou a atribuir como um documento secundário, sem que a parte pudesse examinar a fonte primária de sua formação. A defesa tomou conhecimento do resultado da análise estatal, mas não teve acesso ao elemento indispensável para controlar a correlação entre esse resultado e os dados que lhe deram causa.

Ainda que se admitisse a integridade formal do RAPJ, isso nada diria, por si só, sobre a integralidade do acervo informacional que o precedeu. Uma prova pode permanecer íntegra, no sentido de não ter sido adulterada, e ainda assim ser insuficiente para o contraditório, porque apresentada de modo parcial, mediado ou sem os elementos necessários à conferência de sua

origem. A integralidade, nesse contexto, não é excesso procedimental. É a condição que permite saber se aquilo que foi submetido ao julgador corresponde ao conjunto de dados efetivamente utilizado pela persecução penal.

Daí a insuficiência de afirmar que os *reports* NCMEC constituíram mera notícia de crime. O acórdão recorrido, ao mesmo tempo em que lhes atribuiu essa natureza informativa, registrou que suas informações foram reproduzidas no RAPJ e utilizadas para afirmar a materialidade dos compartilhamentos. Uma coisa é a notícia que apenas provoca a atuação estatal; outra, diversa, é o documento que fornece o conteúdo depois transposto para relatório policial e aproveitado como fundamento probatório. Quando a informação deixa de servir apenas à deflagração da investigação e passa a sustentar a própria narrativa acusatória, **o contraditório deve alcançar a fonte de onde ela foi retirada.**

O prejuízo defensivo, nesse quadro, não exige a prova de que os relatórios omitidos continham elemento favorável ao acusado. Essa exigência transferiria à defesa um ônus impossível: demonstrar a utilidade de documento que não lhe foi disponibilizado. O prejuízo está na impossibilidade de verificar a completude da prova utilizada contra si. Se os *reports* NCMEC continham apenas aquilo que o RAPJ reproduziu, caberia ao Estado demonstrá-lo mediante sua juntada ou disponibilização. Se continham algo mais, a defesa tinha o direito de conhecê-lo, ainda que fosse para concluir por sua irrelevância.

Essa conclusão não afasta a pertinência da cadeia de custódia como categoria jurídica de análise. Apenas delimita seu campo de incidência no caso concreto. A controvérsia não repousa, propriamente, sobre a comparação de *hashes*, o espelhamento de dispositivos ou a preservação física de mídia apreendida, técnicas ordinariamente associadas à integridade do vestígio digital. A questão está na dimensão de rastreabilidade que informa a própria cadeia de custódia: a necessidade de que se possa reconstruir o percurso da informação desde a fonte primária utilizada pelo Estado até o elemento probatório submetido ao contraditório.

Nessa perspectiva, a ausência dos *reports* NCMEC compromete a verificação da correspondência entre o dado originariamente encaminhado às autoridades brasileiras e a leitura policial incorporada ao RAPJ. Ainda que não se afirme adulteração material do relatório policial, permanece sem controle defensivo a completude da informação digital que o subsidiou. A cadeia de custódia comparece aqui como garantia de auditabilidade, completude e fidelidade entre o *report* encaminhado pelo NCMEC, as informações dele selecionadas pela polícia federal e o relatório depois incorporado ao processo, mais do que como simples discussão técnica.

V. DA CONSEQUÊNCIA PROCESSUAL DO VÍCIO: NULIDADE A PARTIR DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO.

Reconhecida a ausência de disponibilização dos *reports* NCMEC 89794268 e 126248964, que, segundo o acórdão recorrido, deram origem à notícia-crime e subsidiaram a elaboração do RAPJ Caso Rapina n. 460/2022, a consequência processual não pode ser

examinada como simples falta de juntada de documento acessório. O vício está na impossibilidade de a defesa confrontar o relatório policial derivado com a fonte informacional que lhe serviu de base, justamente no ponto em que esse relatório foi utilizado para afirmar a materialidade dos compartilhamentos atribuídos ao acusado.

A consequência processual, nesse caso, deve ser ajustada à natureza do vício reconhecido. O vício recai sobre a impossibilidade de controle da fonte primária que subsidiou o RAPJ e, por consequência, sobre a higidez da valoração probatória feita a partir desse relatório. A providência adequada é assegurar à defesa o acesso integral aos *reports* NCMEC 89794268 e 126248964 e, a partir disso, permitir a renovação dos atos estritamente necessários ao exercício do contraditório sobre o conteúdo desses documentos e sobre sua correspondência com o RAPJ.

Dessa forma, a nulidade, nesse contexto, alcança os atos praticados a partir da resposta à acusação, porque foi nesse momento que a defesa, já ciente da ausência dos *reports* NCMEC, suscitou a necessidade de acesso ao documento-fonte que subsidiara a elaboração do RAPJ Caso Rapina n. 460/2022. A alegação não se refere a elemento surgido posteriormente, nem a diligência complementar descoberta no curso da instrução, mas a material informativo anterior à própria ação penal, utilizado para deflagrar a persecução, orientar a investigação e compor o relatório policial depois valorado na formação do juízo de materialidade. Se a defesa já indicava, desde a resposta à acusação, a incompletude do acervo submetido ao contraditório, a continuidade do processo sem a prévia disponibilização da fonte primária comprometeu a utilidade dos atos defensivos subsequentes.

A decisão proferida no HC n. 1.047.527/TO, de relatoria do Ministro Carlos Pires Brandão, julgado pela Sexta Turma, reforça essa conclusão. Naquele caso, embora o Tribunal de origem houvesse determinado a juntada integral das provas faltantes e a reabertura de prazo para manifestação da defesa, com fundamento no art. 402 do CPP, o STJ reputou insuficiente essa providência. Entendeu-se que o prejuízo já se havia consumado, pois a resposta à acusação fora apresentada e a instrução processual acompanhada sem que a defesa tivesse acesso integral aos elementos probatórios. Essa compreensão pode ser extraída da ementa do acórdão paradigma:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E PECULATO. ACESSO INTEGRAL AOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DOCUMENTADOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRECLUSÃO. ART. 402 DO CPP. AGRAVO DESPROVIDO.

I. Caso em exame

1. Agravo regimental interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão monocrática proferida em habeas corpus, que concedeu a ordem para anular todos os atos processuais praticados a partir da resposta à acusação, com a determinação de abertura de novo prazo defensivo para sua apresentação.
2. Paciente denunciado, juntamente com corréus, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013 e no art. 312 do Código Penal, no âmbito da denominada "Operação Sempiternus", instaurada para apurar alegado desvio de recursos públicos do Fundo Municipal de Saúde de Araguaína/TO, com emprego de verbas do Sistema Único de Saúde.
3. Em habeas corpus anterior, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região reconheceu irregularidade na ausência de disponibilização integral do acervo probatório

mencionado na denúncia (informações bancárias, conteúdo de aparelhos eletrônicos apreendidos e documentos relacionados à Nota Técnica n. 306/2020 da Controladoria-Geral da União) e determinou a juntada das cautelares de quebra de sigilo bancário e de busca e apreensão, bem como a reabertura de prazo, nos termos do art. 402 do Código de Processo Penal, para manifestação defensiva sobre eventuais diligências complementares, com possibilidade de repetição de atos processuais, se necessário, indeferindo, contudo, a anulação do feito desde a resposta à acusação sob fundamento de preclusão.

4. Em novo habeas corpus, esta Corte Superior concluiu que o acesso tardio aos elementos probatórios comprometeu, de modo irreversível, a formulação da resposta à acusação e a condução da estratégia defensiva, anulando os atos processuais a partir da resposta à acusação e determinando a abertura de novo prazo à defesa. O agravante sustenta inexistência de sonegação proposital ou seletiva de provas, incidência de preclusão quanto à nulidade não arguida na primeira oportunidade e suficiência da providência adotada com base no art. 402 do CPP para sanar eventual prejuízo, invocando, ainda, o princípio *pas de nullité sans grief*.

II. Questão em discussão

5. Há quatro questões em discussão: (i) se a ausência de acesso integral e tempestivo da defesa aos elementos probatórios já documentados e utilizados para embasar a denúncia configura cerceamento de defesa capaz de ensejar a nulidade dos atos processuais praticados a partir da resposta à acusação; (ii) se a alegação de nulidade por cerceamento de defesa, fundada na falta de acesso integral às provas antes da resposta à acusação, estaria sujeita à preclusão, quando não arguida na primeira oportunidade processual, ainda que o vício tenha comprometido o próprio exercício inicial da defesa técnica; (iii) se a reabertura de prazo para requerimento de diligências complementares, nos termos do art. 402 do Código de Processo Penal, é suficiente para sanar o prejuízo decorrente da apresentação da resposta à acusação e do acompanhamento da instrução criminal sem acesso integral ao acervo probatório já produzido e documentado; e (iv) se, à luz do princípio *pas de nullité sans grief*, houve demonstração concreta de prejuízo apta a justificar a declaração de nulidade dos atos processuais subsequentes à resposta à acusação.

III. Razões de decidir

6. A defesa não teve acesso integral, em momento oportuno, ao acervo probatório já documentado que embasou a imputação penal, circunstância que configura vício objetivo apto a comprometer o contraditório, a ampla defesa e a paridade de armas, independentemente da comprovação de intuito deliberado da acusação de ocultar elementos informativos.

7. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça afirma que, uma vez formalizados e documentados os elementos informativos colhidos na investigação, deve ser assegurado à defesa amplo acesso a esse material, não podendo o órgão acusador selecionar, dentre os elementos colhidos, aqueles que serão disponibilizados à defesa, **sob pena de nulidade do processo e necessidade de reabertura de prazo para resposta à acusação** (RHC n. 114.683/RJ; HC n. 452.992/SP).

8. A incidência da preclusão em matéria de nulidade pressupõe que o vício não tenha comprometido de forma relevante o próprio exercício inicial da defesa técnica; demonstrado que a ausência de acesso integral às provas atingiu a elaboração da resposta à acusação e impediu o pleno exercício das faculdades previstas no art. 396-A do CPP, não há falar em convalidação do vício por preclusão, nos termos do entendimento firmado no RHC n. 114.683/RJ e no AgRg no HC n. 949.358/SP.

9. A reabertura de prazo com base no art. 402 do CPP, destinada à complementação da instrução, não recompõe o prejuízo já consumado na fase da resposta à acusação, porquanto esta constitui momento próprio para suscitar preliminares, articular teses defensivas, juntar documentos, especificar provas e arrolar testemunhas, de modo que a atuação defensiva sem conhecimento integral dos elementos informativos que embasam a denúncia caracteriza comprometimento originário da paridade de armas.

10. O princípio *pas de nullité sans grief* não obsta o reconhecimento da nulidade, pois o prejuízo revela-se concreto e decorre da impossibilidade de a defesa estruturar, em bases informadas, a resposta à acusação e orientar sua atuação na instrução criminal, configurando vício de ordem prática e verificável, com impacto direto sobre o exercício da ampla defesa.

11. Mantém-se, assim, a orientação desta Corte Superior no sentido de que o acesso integral e tempestivo da defesa aos elementos probatórios já documentados constitui garantia essencial do contraditório, impondo-se, na hipótese de sua frustração com repercussão na resposta à acusação e no desenvolvimento da instrução, a invalidação dos atos processuais subsequentes.

IV. Dispositivo

12. Resultado do Julgamento: Nega-se provimento ao agravo regimental, mantendo-se a ordem de habeas corpus para anular os atos processuais praticados a partir da resposta à acusação e determinar a abertura de novo prazo defensivo.

Dispositivos relevantes citados: CPP, arts. 396-A, 402 e 563; Lei n. 12.850/2013, art. 2º, § 4º, II; CP, art. 312

Jurisprudência relevante citada: STJ, RHC n. 114.683/RJ, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, j. 13.04.2021, DJe 19.04.2021; STJ, HC n. 452.992/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, Sexta Turma, j. 13.10.2020, DJe 23.10.2020; STJ, AgRg no AgRg no HC n. 949.358/SP, Rel. Min. Daniela Teixeira, Quinta Turma, j. 26.02.2025, DJEN 05.03.2025."

(AgRg no HC n. 1.047.527/TO, relator Ministro Carlos Pires Brandão, Sexta Turma, julgado em 13/05/2026, DJEN de 19/05/2026.)

A reabertura de prazo apenas em fase posterior não recompõe esse prejuízo, pois a resposta à acusação inaugura a estruturação técnica da defesa no procedimento penal: nela se alegam preliminares, delimitam-se teses, indicam-se provas e definem-se os requerimentos que orientarão a instrução. Sem acesso aos relatórios da NCMEC, a defesa não pôde confrontar a fonte originária com o RAPJ, avaliar a necessidade de diligências, formular requerimentos probatórios adequados ou orientar a produção da prova oral a partir do inteiro teor do material utilizado pela persecução penal. Por isso, reconhecida a indevida restrição ao acesso desde aquele marco processual, a nulidade deve alcançar os atos praticados a partir da resposta à acusação, com renovação dos atos subsequentes na extensão necessária ao efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa.

Caso os relatórios não possam ser disponibilizados, por inexistência, extravio, impossibilidade técnica ou ausência de juntada pela acusação, o RAPJ não poderá ser valorado, no ponto em que dele dependa, como substituto suficiente da fonte primária inacessível. A prova derivada perde força precisamente porque não se pode aferir sua completude, sua fidelidade e sua correspondência com o material originário. O processo penal não pode tomar como bastante a leitura estatal de uma fonte probatória que permaneceu fora do alcance defensivo, sobretudo quando essa leitura foi utilizada para sustentar a materialidade do fato imputado.

VI. A INCOMPLETUDE PROBATÓRIA E OS LIMITES DA CONFISSÃO COMO SUPORTE CONDENATÓRIO.

A hipótese de não localização dos *reports* originários transfere a discussão para a suficiência do que permaneceria nos autos após a reavaliação do RAPJ. O acusado confessou o

armazenamento de material de abuso sexual infantojuvenil, conduta tipificada no art. 241-B do ECA, que pune quem adquire, tem ou armazena, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outro registro contendo cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Foi absolvido, porém, da imputação prevista no art. 241-A do ECA, relativa à oferta, troca, disponibilização, transmissão, distribuição, publicação ou divulgação, por qualquer meio, inclusive sistema de informática ou telemático, desse tipo de conteúdo. A distinção não é apenas classificatória: a parcela da acusação mais diretamente relacionada à comunicação estrangeira – a suposta divulgação em rede social – não foi acolhida na condenação.

A confissão relativa ao art. 241-B do ECA não dispensa, por isso, a existência de elementos externos de corroboração. No AREsp 2.123.334/MG, a Terceira Seção distinguiu a confissão como meio de obtenção de prova, apta a orientar a investigação e indicar fontes probatórias, da prova suficiente para condenar; quanto à confissão judicial, sua valoração depende de compatibilidade com os demais elementos do processo, nos termos do art. 197 do CPP. Admitir o contrário equivaleria a tomar a confissão como substitutivo da própria prova que deveria confirmá-la (AREsp n. 2.123.334/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, julgado em 20/6/2024, DJe de 2/7/2024.).

Se os documentos-fonte não forem encontrados e franqueados à defesa, a confissão não poderá suprir a impossibilidade de controle defensivo sobre o RAPJ, nem reforçar a suficiência probatória de um relatório cuja fonte primária permaneceu inacessível. Ela não permite conhecer o conteúdo integral dos *reports*, não resolve a dúvida sobre a fidelidade da transposição feita pela Polícia Federal e não substitui o exame do material bruto que poderia ter orientado outra conformação da defesa desde a resposta à acusação. O problema, aqui, não está em negar relevância à confissão do acusado, mas em saber se ela pode ser valorada sem que se conheça a fonte informacional que deu suporte à narrativa investigativa inicial.

A experiência do Caso Evandro e da 113 Sul evidencia a cautela necessária na valoração de confissões quando ausentes os registros capazes de reconstruir as circunstâncias de sua produção, como gravações, fitas, documentos de acompanhamento, relatos sobre a condução do ato e demais elementos que permitam aferir sua espontaneidade, confiabilidade e compatibilidade com o restante do acervo probatório. No Caso Evandro, a ausência das fitas cassetes que registravam as circunstâncias das confissões impediu, por longo período, a adequada compreensão sobre o modo como aqueles relatos haviam sido produzidos; quando esses registros vieram à tona, a leitura do caso se modificou de forma decisiva. Na 113 Sul, a discussão em torno de confissões obtidas sob coação também evidenciou como a ausência de registros capazes de esclarecer o contexto da declaração confessória pode comprometer a própria valoração da prova.

Em ambos os casos, houve condenações posteriormente reconhecidas como injustas, com afirmação superveniente de abusos estatais e absolvição dos acusados. A aproximação entre eles, portanto, não decorre da identidade das circunstâncias fáticas, mas da estrutura do problema probatório: quando falta o material necessário para aferir a origem, o contexto de produção e a

compatibilidade da confissão com o restante do acervo, seu peso não pode ser presumido pelo julgador.

No presente caso, a falta dos *reports* teria efeito semelhante, guardadas as diferenças evidentes entre as situações. Não se afirma que a confissão tenha sido obtida mediante tortura ou coação. O que se examina é a consequência probatória da não apresentação dos *reports* originários: se esses documentos não forem localizados e franqueados à defesa, o relatório da polícia federal elaborado a partir deles perde aptidão para permanecer como suporte probatório, pois derivado de fonte primária não submetida ao controle defensivo. Como esse relatório também serviu de base à representação pela busca e apreensão, a inadmissão da prova originária alcança os elementos dela derivados, por aplicação analógica do art. 157 do CPP, conforme orientação adotada pelo STJ em hipóteses de inadmissibilidade da prova decorrente da perda sua de confiabilidade.

Nesse contexto, a confissão do armazenamento não recompõe o déficit probatório produzido pela ausência dos documentos-fonte. Se o relatório da Polícia Federal é inadmitido, e se as provas dele derivadas devem ser extraídas ou reavaliadas, a confissão somente poderia sustentar a condenação se amparada por elementos externos de corroboração independentes dessa cadeia probatória comprometida. O que se afasta, portanto, não é a relevância probatória da confissão, mas sua utilização como expediente de recomposição de uma prova cuja fonte primária não foi submetida ao controle defensivo e que, por isso, já não pode oferecer suporte independente ao juízo condenatório.

Sem apresentação dos documentos-fonte, e inexistindo outros elementos independentes capazes de corroborar o armazenamento previsto no art. 241-B do ECA, a confissão permanece relevante, mas insuficiente para sustentar, sozinha, a condenação. O vício não se limita ao relatório policial. Alcança o nível de justificação necessário para afirmar a responsabilidade penal remanescente depois da absolvição quanto ao art. 241-A do ECA, pois a condenação não pode apoiar-se em uma confissão cuja corroboração dependa, direta ou indiretamente, da mesma fonte informacional que não foi disponibilizada à defesa.

VII. DISPOSITIVO.

Ante o exposto, reconhecido o vício decorrente da ausência de disponibilização dos *reports* NCMEC que subsidiaram a elaboração do RAPJ – Caso Rapina n. 460/2022, impõe-se **conhecer** parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, **dar-lhe parcial provimento**, a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que seja assegurado à parte recorrente acesso integral aos *reports* NCMEC n. 89794268 e 126248964, bem como aos elementos necessários à verificação de sua correspondência com o relatório policial. Após a disponibilização, deverá ser reaberto prazo para manifestação defensiva e para requerimento das diligências pertinentes ao controle da prova. Na hipótese de impossibilidade de apresentação dos documentos originários, caberá ao juízo de origem reavaliar a admissibilidade e a força probatória do RAPJ, afastando sua valoração nos pontos em que dependa de fonte primária não submetida ao contraditório.

Por ora, fica prejudicada a apreciação dos demais pontos suscitados no recurso especial da parte recorrente.

É como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUINTA TURMA**

Número Registro: 2025/0048427-7

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.197.493 / RS
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 50560568720224047100 50692623720234047100

PAUTA: 16/06/2026

JULGADO: 16/06/2026
SEGREDO DE JUSTIÇA

Relator

Exmo. Sr. Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Secretário

Me. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : C E P

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe deu parcial provimento. Julgou prejudicada a apreciação dos demais pontos suscitados no recurso especial da parte recorrente, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Messod Azulay Neto, Maria Marluce Caldas e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.